

ANÁLISE DE PRESCRIÇÕES DISPENSADAS EM REDE DE DROGARIAS NO MUNICÍPIO DE BELÉM DO PARÁ

Lindalva Maria de Meneses Costa Ferreira¹; David Wendell Isacksson Damasceno¹; Luana Marques Leal de Souza¹; Roseane de Nazaré Moura Vieira¹; Maria Fani Dolabela²

¹Discente do Curso de Farmácia, ²Docente

lyndalva47@hotmail.com

Universidade Federal do Pará (UFPA)

Introdução: A prescrição ou receita médica é um instrumento essencial para a terapêutica e para o uso racional de medicamentos. Deve conter informações necessárias sobre o medicamento como Denominação Comum Brasileira (DCB), legibilidade, posologia, via de administração, concentração, data da prescrição, duração do tratamento, quantidade de medicamentos, identificação do paciente, forma farmacêutica e carimbo do médico com o número Conselho Regional de Medicina. Algumas substâncias, como hormônios, entorpecentes e psicofármacos têm seu uso controlado por legislação específica, a Portaria n.º 344, de 12 de maio de 1998. A Resolução da Diretoria Colegiada – RDC n.º 20, de 5 de maio de 2011, trata quanto aos procedimentos relativos à dispensação e controle de medicamentos à base de substâncias classificadas como antimicrobianos, de uso sob prescrição médica, isoladas ou em associação. **Objetivos:** Avaliar a qualidade de prescrições originadas de médicos do SUS e da rede particular dispensadas em rede de drogarias no município de Belém/PA e discutir sua repercussão. **Método:** Estudo transversal descritivo com base nas prescrições médicas dispensadas em quatro drogarias diferentes totalizando 200 prescrições no município de Belém/PA no período de 8 a 29 de maio de 2014 em diferentes dias e períodos alternados durante estágio supervisionado. **Resultados e discussão:** Foram avaliadas 200 prescrições/notificações, no qual se verificou que 28,5% (57) das prescrições foram originadas do SUS e 71,5% (143) da rede particular. Os critérios avaliados foram baseados em prescrições de medicamentos antimicrobianos (ATMC), medicamentos sujeitos a controle especial (MSCE) e medicamentos de venda livre. Acredita-se que esse fato pode ser devido a localização de 3 das 4 drogarias, estarem em bairros considerados de melhor poder aquisitivo. Os itens menos frequentes nas prescrições para ATMC e de venda livre foram: quantidade total de medicamentos e identificação completa do usuário. Na dispensação de medicamentos, especialmente os antimicrobianos, é de extrema importância às informações adequadas sobre o medicamento prescrito como a forma correta do uso principalmente através do respeito pelas dosagens e duração do tratamento. Para MSCE esteve ausente à quantidade total do medicamento, identificação do emitente e identificação do usuário. A ausência da quantidade total do medicamento compromete a terapia, visto que o paciente pode utilizar o medicamento de forma abusiva, e ainda estes medicamentos causam dependência física e/ou psicológica dependendo da classe prescrita. Observou-se ainda que apenas 35,09% das prescrições do SUS apresentaram boa legibilidade e que a grande maioria das receitas do setor particular foi considerada com boa legibilidade (56,74%). A escrita manual ilegível é uma reconhecida causa de erros na dispensação. A dificuldade de legibilidade da letra do prescriptor tem sido responsável por relatos de graves problemas de saúde. **Conclusão:** As prescrições originadas da rede particular de saúde tem uma boa qualidade, visto que o percentual de ausências dos itens obrigatórios foi pequeno. No entanto, com relação às prescrições originadas no SUS, o percentual de ausência de alguns itens obrigatórios foi maior indicando uma menor qualidade das prescrições e que estas precisam melhorar, a fim de se evitar erros de medicação.